

O PROBLEMA DA CONSCIÊNCIA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DA FILOSOFIA DA MENTE: O DEBATE ENTRE JOHN SEARLE E DANIEL DENNETT

*Carlos Diógenes Côrtes Tourinho**

SEARLE, J. *O Mistério da Consciência*. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1998. 239 p. (ISBN: 85-219-0305-7)

Dentre os temas abordados na Filosofia da Mente contemporânea, nota-se, nas últimas décadas, um interesse cada vez maior pelos debates concernentes à noção de consciência. Discute-se, sobretudo, com o avanço dos programas de pesquisa advindos da Neurociência e da Inteligência Artificial, a possibilidade de inserção dos estudos sobre a mente consciente no campo do saber científico. No entanto, as teorias que habitam a área da Filosofia da Mente parecem estar longe de chegar a um consenso quanto ao tema em questão. Afinal de contas, até que ponto poderíamos fornecer uma explicação científica para o domínio consciente dos estados mentais? Em termos mais precisos, estaríamos confinados a conceber a consciência como uma propriedade irredutivelmente subjetiva, não-analisável, indecomponível (não-relacional), que faz com que os estados de consciência sejam, de maneira privilegiada, acessíveis apenas para o próprio sujeito, do ponto de vista da primeira pessoa? Ou estaríamos diante de um fenômeno que pode ser objetivado, passível de receber uma definição e uma explicação causal, necessariamente formuladas na terceira pessoa?

A polêmica em torno do problema da consciência torna-se particularmente ilustrada no livro de John Searle intitulado *O Mistério da Consciência* (1998). O livro é o resultado de uma série de ensaios ou de resenhas encomendados pelo *The New York Review of Books*, sobre os problemas clássicos da metafísica resgatados pela Filosofia da Mente contemporânea. No Capítulo 1, o autor discute as relações de causalidade entre os processos neurobiológicos do cérebro e os nossos mais diversos estados de consciência; afinal de contas, como os processos cerebrais causam a consciência? O Capítulo 2 aborda a perspectiva reducionista de Francis Crick, segundo a qual a experiência consciente pode ser analisada estritamente em termos de comportamentos neuronais, tais como, os de aumento ou diminuição de descargas eletroquímicas. O Capítulo 3 traz os pontos principais da Teoria do Mapeamento de Reentrada, proposta pelo neurobiólogo Gerald Edelman; no decorrer desse capítulo, Searle procura estabelecer uma comparação da teoria de Edelman com o projeto

*Doutorando em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio; e-mail: cortestourinho@zipmail.com.br

apresentado por Crick no capítulo anterior. O Capítulo 4 mostra-nos como Roger Penrose constrói, apoiado nas descobertas da mecânica quântica e no teorema de Gödel, a sua crítica à Inteligência Artificial. No Capítulo 5, Searle fornece-nos os pontos principais da teoria da consciência apresentada por Daniel Dennett. Já no Capítulo 6, após apresentar as principais correntes da Filosofia da Mente, Searle expõe a tentativa de David Chalmers de compatibilizar uma abordagem funcionalista da mente com o pressuposto da irreduzibilidade da consciência. E por fim, o Capítulo 7 aborda a teoria de Israel Rosenfield, cuja idéia central é a de que a experiência do nosso próprio corpo constitui o ponto de referência para todas as nossas formas de consciência.

Mas, o ponto de maior tensão do livro parece concentrar-se no Capítulo 5, no qual Searle chama nossa atenção para algumas passagens do seu debate com Daniel Dennett, ressaltando a incompatibilidade de suas posições a propósito do problema da consciência. Defendendo uma teoria subjetivista da consciência, Searle apoia-se na idéia de que os nossos estados de consciência (experiências sensoriais, pensamentos, etc.) são estados intrinsecamente subjetivos e, portanto, quanto a esse aspecto, irreduzíveis a qualquer definição e explicação de caráter científico, cuja formulação estaria ancorada no ponto de vista da terceira pessoa. Presume-se, na abordagem proposta por Searle, que os referidos estados de consciência – enquanto estados irreduzivelmente subjetivos – somente possam ser revelados para o próprio sujeito, do ponto de vista da primeira pessoa. De outro lado, apoiado em programas de pesquisa em Neurociência e em Inteligência Artificial, Daniel Dennett irá adotar uma teoria reducionista da consciência, que busca, do ponto de vista da terceira pessoa, analisar a estrutura da mente consciente em termos funcionais, ou seja, tal teoria caracteriza-se pelas tentativas de definir e explicar os estados e processos mentais conscientes em termos de uma atividade funcional específica (não necessariamente exercida pelo cérebro enquanto um órgão biológico), que envolva, por exemplo, a capacidade de um sistema de receber estímulos ambientais, processar um conjunto de informações e exercer uma resposta comportamental para qual seja requerida algum nível de inteligência. Para Dennett, nosso cérebro pode ser comparado a uma espécie de computador e a consciência – enquanto uma propriedade funcional – a um certo tipo de *software*, uma “máquina virtual” em nosso cérebro. Enquanto Dennett empenha-se em mostrar que a consciência é um fenômeno de terceira pessoa e, por isso mesmo, passível de ser analisado cientificamente, Searle chama nossa atenção para a irreduzibilidade do “caráter subjetivo” intrínseco à experiência consciente, acessível apenas do ponto de vista da primeira pessoa.

Tal “caráter subjetivo” (denominado de *qualia* – termo em latim para designar as qualidades fenomenológicas de nossa experiência consciente, tais como, perceber o vermelho, sentir o sabor do amargo, ouvir um ruído barulhento, etc.) torna-se, para Searle, o aspecto essencial de nossos estados de consciência. O mesmo autor acusa Daniel Dennett de negar, em sua teoria funcionalista da consciência, a existência de fenômenos como os *qualia*, isto é, de negar a existência de experiências subjetivas,

fenômenos de primeira pessoa, e assim por diante. Searle é categórico em afirmar que: “O problema da consciência, tanto na filosofia quanto nas ciências naturais, consiste em explicar tais sentimentos subjetivos” (p. 118). Mas, como superar o desafio de explicar tais “sentimentos subjetivos”? Conceber propriedades subjetivas em termos de “propriedades intrínsecas” significa concebê-las em termos de propriedades não-relacionais, o que pode sugerir, em princípio, a idéia um tanto quanto inadequada em ciência de que uma coisa possa ser explicada em seus próprios termos (ou em si mesma). A questão que poderíamos colocar passa a ser, então, a seguinte: estaria o funcionalismo de Dennett na obrigação de conceber tal desafio como um *desafio*?

Para pensar a consciência, Dennett parte de uma ontologia extrínsecalista ou funcional, apoiando-se na tese de que não há algo como “propriedades intrínsecas”. A concepção de Dennett pressupõe a idéia de que as propriedades de uma coisa são “propriedades extrínsecas” (analisáveis, decomponíveis, relacionais, etc.). Em uma teoria extrínsecalista, a propriedade de uma coisa não é aquilo que está intrinsecamente presente na coisa, enquanto uma “essência real”, mas sim, aquilo que possibilita a descrição (identificação, classificação, quantificação, etc.) da coisa. Dennett propõe, em sua teoria funcionalista da consciência, que a propriedade de “ser consciente” possa ser pensada como uma propriedade extrínseca (ou funcional), passível de definição e explicação causal, possibilitando, então, que determinados estados e processos exercidos pelo cérebro (ou mesmo por algum outro sistema capaz de exercer tais processos) sejam identificados, classificados, enfim, descritos objetivamente enquanto estados e processos mentais conscientes. O desafio ao qual Searle se refere – de explicar tais sentimentos subjetivos intrínsecos à experiência consciente – somente seria um desafio legítimo para Dennett, caso esse último traísse a sua ontologia funcionalista, abrindo uma exceção para a mente consciente, concebendo-a em termos de propriedades intrínsecas. Conforme o próprio Dennett faz questão de ressaltar: “Postular qualidades internas especiais que são não apenas privadas e intrinsecamente valiosas, mas também que não podem ser confirmadas nem investigadas é apenas obscurantismo” (p. 126).

Searle afirma-nos que a teoria de Dennett reflete uma espécie de “patologia intelectual”, na medida em que ousa questionar a existência dos *qualia*, das propriedades subjetivas imediatamente reveladas do ponto de vista da primeira pessoa. Já Dennett acusa a abordagem assumida por Searle de “obscurantista”, pois tal abordagem apoia-se em propriedades subjetivas, privadas, indecomponíveis, não-analisáveis, portanto, irredutíveis a qualquer explicação causal baseada no ponto de vista da terceira pessoa. Se Searle atém-se às qualidades subjetivas da experiência consciente em função das “evidências” intuitivas da primeira pessoa, Dennett nega tais qualidades para não auto-contradizer a sua própria ontologia extrínsecalista.

Além disso, Searle, supõe que o acesso privilegiado do sujeito aos seus próprios estados de consciência (experiências sensoriais, pensamentos, etc.) comportaria uma certa infalibilidade, isto é, do ponto de vista da primeira pessoa, o autor presume que

o sujeito jamais poderia estar errado quanto ao estado de consciência em que se encontra naquele momento, pois, de acordo com a abordagem em questão, no que se refere à consciência, a aparência é a realidade. Ao colapsar, no ponto de vista da primeira pessoa, a aparência com a realidade, Searle exclui a possibilidade do erro, justamente aquilo que, em princípio, parece ser condição para a corrigibilidade de qualquer ponto de vista, algo imprescindível para a possibilidade de refutação de qualquer teoria, para a formulação de novas hipóteses ou conjecturas teóricas.

Ao contrário de Searle, Dennett coloca em questão a existência dos *qualia*, ao afirmar que: "...aparentemente, para nós, os *qualia* existem. Mas isto é um julgamento errôneo que fazemos sobre o que, de fato, acontece" (p. 119). Colocando em questão o que para Searle é uma "evidência", Dennett restabelece, quanto ao que nos é revelado do ponto de vista da primeira pessoa, a distinção entre aparência e realidade. Não poder fazer tal distinção significa "não poder errar", não poder estar errado é algo que tornaria a própria evolução da vida e da inteligência impossíveis, pois, sem feed-back negativo a vida seria impossível, já que essa evolui em sistemas neguentrópicos abertos; e sem ensaio-e-erro-e-novo-ensaio... a inteligência também seria impossível, já que essa evolui em sistemas capazes de aprender com a experiência.

Portanto, se os motivos de Searle para defender uma "ontologia subjetiva" da consciência justificam-se, em princípio, na peculiaridade das qualidades subjetivas intrínsecas à experiência consciente e na "evidência intuitiva" através da qual tais qualidades subjetivas nos são reveladas, os motivos de Dennett para questionar tal subjetivismo encontram justificativa em sua ontologia extrinsecalista e na legitimidade da distinção entre aparência e realidade para aquilo que nos é revelado do ponto de vista da primeira pessoa.

